

VIRIATO: EM TORNO DA ICONOGRAFIA DE UM MITO

*Carlos Fabião e Amílcar Guerra**

A. A PRIMEIRA ELABORAÇÃO MÍTICA. AS FONTES CLÁSSICAS

1. Na galeria dos heróis nacionais ocupa o primeiro lugar a figura de Viriato. Trata-se, é claro, de uma primazia de natureza cronológica, uma vez que não existe, que saibamos, uma avaliação fiável da importância relativa das principais figuras históricas do nosso imaginário colectivo. O «pastor dos Montes Hermínios» é o representante de uma entidade étnica pré-romana – os lusitanos – tomada geralmente como uma prefiguração dos portugueses. Na ideia comum é, por assim dizer, a grande figura heróica «portuguesa» antes mesmo de existir a nacionalidade. Por essa razão será talvez surpreendente, para a generalidade dos portugueses, saber que se chegou a questionar ou mesmo a negar a sua ligação ao território hoje português.

Os manuais escolares, a historiografia portuguesa ou até mesmo estrangeira (esta com algumas excepções, como se irá ver) tomaram como dado seguro a vinculação geográfica dos lusitanos e do seu chefe Viriato a um parte concreta de Portugal. Os livros que nos formaram, seguindo os trilhos da produção historiográfica, fixaram-lhe uma origem, de uma forma relativamente precisa, na região da Serra da Estrela, área que teria tomado como base de apoio para as suas operações militares contra os romanos.

* Centro de Arqueologia, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esta localização genérica foi muitas vezes concretizada, com as mais diversificadas hipóteses, apontando localidades beirãs (ou mesmo de outras regiões) que chamavam a si a glória de terem sido berço de tão ilustre personagem. Não faltam, nos meandros da história local, povoações mais ou menos conhecidas que reivindicam convictamente essa honra, ainda que, na realidade, sejam inconsistentes ou nulos os fundamentos dessa pretensão.

O objectivo desta intervenção é, em primeiro lugar, recordar as informações respeitantes a esta figura e procurar analisá-las criticamente, tentando determinar a natureza e o valor dos dados relativos a essa questão e o alcance que eles têm.

O momento actual é marcado por um reforço substancial dos laços que nos ligam à Europa. Enquanto para uns esse pode ser um argumento para esbater as fronteiras, deixar de lado os primores nacionalistas mais anedóticos, para outros a tónica desta época deveria ser a afirmação das nacionalidades. Para todos poderia ser o momento ideal para revisitar a nossa História e dar novas roupagens a uma galeria de personagens, por vezes ultrapassados nos valores que representam, como forma de contribuir para afirmar e re-pensar a nossa individualidade.

Sem pretender negar a necessidade da afirmação dos «valores nacionais», a historiografia moderna está preparada e tem a ousadia de olhar mais distanciadamente as personalidades que marcaram o nosso passado comum, dando delas uma visão mais humana, mais complexa e, por isso, mais verosímil. Está igualmente preparada para abandonar reivindicações nacionalistas seja de territórios, primazias ou figuras históricas de atribuição controversa. Pode, por isso, pensar nas questões que se ligam a este herói lusitano sem ser com intuitos reivindicativos perante as dúvidas a respeito da sua naturalidade.

2. Retomem-se, pois, os textos clássicos, os únicos documentos que, de qualquer modo, nos proporcionam informações cronologicamente mais próximas, teoricamente mais fiáveis e, naturalmente, despidas de perspectivas nacionalistas inerentes à definição dos estados modernos.

Convém, desde logo afirmar que a imagem que possuímos desta figura nos é essencialmente transmitida por pessoas que representam uma posição contrária – étnica, cultural, política e militarmente – à dos lusitanos. São geralmente gregos que vivem no contexto da civilização romana (raramente latinos), aparentemente sem razões para terem simpatia por rudes bárbaros, inimigos de Roma.

No caso concreto de Viriato, os autores clássicos apresentam, paralelamente duas imagens desta figura: por um lado vêm nele um pretexto para a exaltação das virtudes de Roma, às quais nem as qualidades de um chefe excepcional e de um

povo abnegado conseguiram resistir; por outro, suportam a imagem de uma etnia cuja superioridade moral (ou até mesmo militar) poderia servir de modelo a quem só através de uma traiçoeira insídia saiu vencedor.

Alguns autores revelam, na realidade, uma clara simpatia pelos lusitanos e pelo seu chefe, fazendo passar a ideia de que povos progressivamente submetidos poderiam ser modelos de determinados valores sobretudo para quem, na visão moralista de pensadores coetâneos, se tinha deixado cair na vertigem de um progresso irracional.

Não deixa de ser surpreendente, para quem avalia globalmente as informações da literatura clássica relativamente ao ocidente peninsular, a quantidade de elementos respeitantes ao período das chamadas «Guerras Lusitanas». Chegou até à actualidade, relativamente a um limitado período de aproximadamente quinze anos, um notável repositório de informação, que não tem paralelo em qualquer outro período da presença romana no ocidente peninsular. As movimentações militares e políticas deste período são bem conhecidas, graças especialmente às obras de Diodoro e Apiano. Esse enquadramento mais «histórico» é enriquecido com outros aspectos particularizados, como por exemplo os reportáveis às origens, carácter e virtudes de Viriato, textos cujo conteúdo seria muito interessante conhecer em pormenor. Deles se apresenta, no final, uma pequena selecção, com excertos mais ligados com o conteúdo desta intervenção.

Sendo Diodoro um autor do séc. III d. C. e Apiano do séc. II d. C., levanta-se naturalmente a questão da fiabilidade desta informação. Aceita-se normalmente que a veracidade destes elementos seria garantida por autores coetâneos desses acontecimentos, de alguma forma conhecedores dessas realidades. Citam-se, acima de todos, os nomes de Políbio (c. 200-c. 118 a. C.) e Possidónio (c. 135-50 a.C.) de cuja autoridade aqueles dependeriam. É evidente que, mesmo assim, há elementos em relação aos quais não podemos ser demasiado crédulos, especialmente quando dizem respeito a pormenores cuja veracidade seria difícil confirmar ou de cuja pertinência se pode justamente duvidar.

Que valor atribuir à informação relativa às condições de nascimento e primeiros tempos de vida de Viriato, a detalhes surpreendentes do seu casamento, ao conteúdo das recriminações então dirigidas ao sogro, às parábolas com que lapidarmente retratava a situação dos seus compatriotas amigos dos romanos (ver Texto 2.)? Não pode subsistir a dúvida sobre a natureza deste conjunto de informações, sobretudo a circunstância de corresponderem a um retrato criado com determinados fins e não propriamente assente numa comprovada evidência. Admite-se, por esse motivo, sem grandes hesitações, que a maioria das informações relativas à vida e

carácter de Viriato constituam um retrato exemplar de uma figura que, por razões concretas, se apresenta, aos olhos dos seus leitores, como modelo de virtudes.

São manifestamente ideias que se enquadram bem em determinada corrente da filosofia estóica, que projecta a felicidade no homem natural, nascido no campo e em permanente contacto com a natureza, sóbrio e frugal, capaz de resistir às agruras do tempo e de, com uma rigorosa disciplina, controlar as paixões. É um dado pacificamente aceite que estas ideias coadunar-se-iam bem com o pensamento de Possidónio, o qual deve ter proporcionado os principais elementos deste perfil exemplar.

Portanto, é necessário estar-se precavido contra leituras demasiado literais dos textos clássicos e admitir que os elementos mais particularizados de uma figura cujo passado em substância se desconhecia poderiam ser preenchidos com um estereótipo mais ou menos vulgarizado ou com uma ideia construída sobre um modelo determinado.

3. As mesmas fontes nos trazem alguns contributos a respeito de um delicado problema da identificação dos lusitanos e do seu território.

De onde vem este povo, quando se instala no ocidente peninsular, quais os contornos aproximados da sua terra, são questões que se encontram sem uma resposta satisfatória. Sobre este aspecto particular os elementos são pouco esclarecedores e, por vezes, mesmo contraditórios.

Uma justificação para todas estas incertezas reside no facto de um território bem definido, limitado por fronteiras circunstanciadamente estabelecidas não é compatível com as realidades étnicas e políticas do ocidente peninsular nos meados do séc. II a. C.. Embora a respeito dos povos pré-romanos se desconheça quase tudo, é pacificamente admitido que uma organização social complexa, uma concepção de Estado com implicação a nível da definição de limites estáveis e bem definidos são realidades absolutamente impensáveis no mundo lusitano desta fase.

Quando se fala neste povo pensa-se normalmente numa organização gentílica, assente nos laços de sangue, muito fragmentada, mas aglutinada por vínculos de dependência mútua estabelecidos por pactos formais. A instituição da hospitalidade, bem conhecida da cultura clássica era sem dúvida um elemento comum a uma grande parte das sociedades hispânicas e encontra-se amplamente documentada especialmente em contexto celtibérico. Embora não se conheçam vestígios materiais equivalentes em contexto que se possa definir como lusitano, é facilmente compreensível que tivesse aí uma correspondente, embora materializada sob outras formas.

É, ao mesmo tempo, uma sociedade guerreira, onde o homem se vincula essencialmente a essa função. Tal como se atesta abundantemente em outras sociedades, uma das suas práticas iniciáticas traduz-se nas razias com as quais os jovens ganham um novo estatuto. É o correspondente do que em contexto itálico é conhecido como o *uer sacrum* («primavera sagrada»), quando os jovens, deixando o território, promoviam incursões em cidades vizinhas, demonstrando assim a sua preparação para a entrada na idade adulta.

Para além destes aspectos mais rituais, a pilhagem era uma das formas de «troca», antropológica e bem atestada e cuja prática caracterizava, a julgar pela sua insistente repetição, os lusitanos. Por esta razão, Viriato e os seus sequazes não passam de ladrões, permanentemente entregues ao bandolerismo, estigma deste povo e dos seus chefes. Esta característica, condenável nas concepções sociais do mundo clássico, acaba em certa medida por ser justificada por um chefe romano ao reconhecer complacentemente que isso acontece devido à sua própria pobreza e da de suas terras.

Não restam hoje dúvidas sobre o facto de as ricas terras da actual Andaluzia constituírem o contraponto dos solos pobres das montanhas, paradigmáticos territórios dos companheiros de Viriato. Essa oposição entre a proverbial riqueza das terras meridionais e a carência que levava ao bandoleirismo é um dos tópicos dos autores clássicos a seu respeito, exemplarmente ilustrado com a dicotomia entre as personalidades de Viriato e do seu sogro Astolpas (v. Texto 2.)

Uma análise verosímil dos textos permite ver neste último um rico proprietário, eventualmente associado às terras planas do Guadalquivir e sintomaticamente um declarado amigo dos romanos. Compreende-se, por isso, as palavras amargas e os comentários do herói lusitano a seu respeito, desta forma transmitidas pelo relato de Diodoro (v. Texto 2.).

Compreende-se, nesta circunstância, que sejam essas ferazes regiões o palco privilegiado dos conflitos com os romanos, ainda que, por vezes, as incursões por elas atinjam áreas surpreendentemente distantes. Se pensarmos que estas atingem terras tão distantes como Córdoba, Málaga ou a região de Toledo e que os confrontos alternam com um rápida fuga para o seu emblemático refúgio – as montanhas –, não deixa de ser problemático admitir que o seu território de origem seja a distante Serra da Estrela. Como era possível esse vai-e-vem permanente, os constantes avanços e recuos, a condução de uma «guerrilha» no vale do Guadalquivir, no extremo sul da Península ou na longínqua Carpetânia a partir de uma base situada no centro de Portugal?

A análise desapaixionada deste problema leva necessariamente a questionar a

perspectiva tradicional e a conjecturar que a terra de Viriato e dos seus companheiros não deve procurar-se tanto nas serranias beirãs, mas mais provavelmente para lá do Tejo. Não é fácil determinar com precisão que zonas eram preferencialmente usadas para base dos ataques, uma vez que não foi até ao momento possível identificar concretamente as localidades que lhes são atribuídas. Ganha, contudo, maior verosimilhança o território que mais se aproxima do cenário bélico, o que significa toda a zona que corresponde a área meridional de Portugal e as áreas espanholas confinantes.

Compreendo a perplexidade da maioria dos portugueses perante estas afirmações que põem em causa o que convictamente os nossos manuais escolares e até a própria investigação histórica sempre nos ensinaram. Presumo que alguns invocarão a tradicional associação com os Montes Hermínios, que tão apropriadamente casava com a condição de pastor que as fontes lhe atribuíram.

Não subsistem dúvidas sobre a circunstância de o antigo *mons Herminius* (na realidade os autores clássicos reportam sempre a forma singular, pelo que o mais adequado seria falar de «Monte Hermínio») corresponder aproximadamente à Serra da Estrela. Verifica-se, contudo, que em nenhum texto literário grego ou latino se pode corroborar a ideia de que Viriato anda de algum modo ligado, seja nas suas origens, seja na actividade guerreira, a esse acidente geográfico.

Para além da vaga referência à sua origem «nas montanhas», possuímos apenas uma indicação, aparentemente mais precisa que o dá como «originário dos lusitanos que habitam junto ao Oceano», leia-se, «do Atlântico» (v. Texto 1.). Simplesmente esta indicação é, na realidade, igualmente dúbia e não serve qualquer intento de localização aproximada. Nem pode sequer invocar-se para defender uma alternativa próxima da costa, uma vez que uma expressão deste tipo não teria para um romano o mesmo valor que tem para nós. Como termo de comparação basta invocar uma expressão idêntica, usada para definir o território dos zelas. Esta conhecida entidade ásture teria um território centrado em torno de um lugar situado nas proximidades de Bragança e o seu âmbito englobava seguramente uma ampla área do que é actualmente a província de Zamora. Manifestamente não é esta a ideia que um português tem de uma localização costeira.

Assim, penso que, em primeiro lugar, nos devemos conformar com a falta de elementos minimamente fiáveis para dar uma resposta à questão das origens de Viriato. Mas, mais do que isso, deve afastar-se qualquer discussão que se centre em reivindicações de cariz nacionalista. Não é apenas pela circunstância de não se vislumbrarem argumentos que permitam fundamentar uma qualquer decisão, mas sobretudo porque esse tipo de problema não se justifica quando aplicado a um período

em que as nacionalidades não tinham sentido. Assim, por mais elementos que haja, é manifestamente impróprio dizer que Viriato foi português ou espanhol.

4. Que Viriato é lusitano constitui, em substância, o único dado seguro. Seguro, mas indefinido no seu alcance geográfico. Na realidade, quando se procura definir o espaço correspondente a esta entidade étnica mergulha-se num complexo novelo de problemas que acaba sem uma resposta taxativa. Procurando sistematizar os resultados da investigação, poder-se-iam estabelecer fundamentalmente dois conceitos distintos de Lusitânia.

4.1. O primeiro corresponde ao território da entidade étnica a que se sentiam vinculados Viriato e os seus companheiros. Como se viu, dado o âmbito em que os conflitos se desenvolvem, a proveniência destes é essencialmente apontada por uma região do ocidente hispânico situada entre o Tejo e o Guadalquivir. Essa deveria ser, a julgar por outras informações, uma parte da «terra dos lusitanos», entendida como realidade pré-romana. Os seus contornos são difíceis de definir, mas que parecem compreender o extremo ocidente hispânico situado entre o Douro e o Tejo, bem como um amplo sector a sul deste rio, nomeadamente aquele que respeita aos acontecimentos acima referidos. Para a sua definição poder-se-iam usar dois tipos de argumentos: os proporcionados pelos autores clássicos e os que resultam da investigação, nomeadamente no domínio linguístico.

As múltiplas referências à entidade étnica lusitana nas fontes gregas e latinas são com frequência muito imprecisas e até mesmo contraditórias. Ptolomeu, geógrafo grego do séc. II d. C., produziu um elenco de coordenadas, do que poderia ser considerado uma base para a elaboração de um registo cartográfico, em que a designação de «lusitano» se usa para designar: a faixa de território ocidental compreendida entre Douro e Tejo; e uma a sul do Tejo, numa zona mais meridional que abarca cidades como *Ebora* (Évora), *Norba Caesarina* (Cáceres), *Augusta Emerita* (Mérida). Esta entidade distingue-se, nesta região meridional, dos Turdetanos – no extremo sul da Península – e dos Célticos da Lusitânia e da Bética. Destes diz Plínio, numa expressão muito conhecida, mas que contribui ainda mais para acentuar as dificuldades que haveria em os distinguir dos Lusitanos, que «vieram da Lusitânia e são originários dos Celtiberos».

Estrabão, no séc. I a. C., explana as dificuldades em diferenciar os lusitanos dos galaicos, os povos que habitam a norte do Douro, reconhecendo as hesitações de outros autores a esse respeito (v. Texto 3.).

Na verdade, a distinção entre os habitantes das duas margens do Douro não é

perceptível nos domínios da investigação actual. A nível arqueológico, a cultura material da região entre Douro e Vouga tem os seus mais próximos paralelos no noroeste peninsular. No domínio linguístico é um lugar comum sublinhar os vínculos que unem a região da lusitânia setentrional com a galécia bracarense, isto é, o território que *grosso modo* corresponde ao norte de Portugal e uma parte das províncias de Pontevedra e Orense.

As investigações de natureza linguística, embora se debatam ainda com sérios problemas de caracterização, definem actualmente a existência de uma língua «lusitana», com nítidas afinidades com as realidades galaicas, e que se documentaria em três textos epigráficos de algum modo indiciadores da área de difusão dessa entidade: Lamas de Moledo (Castro Daire, Viseu), Cabeço das Fráguas (no limite dos concelhos de Sabugal e Guarda) e Arroyo de la Luz (Cáceres), esta já a sul do rio Tejo.

Infelizmente, no domínio da arqueologia, não foi possível identificar nenhum elemento que possa verdadeiramente distinguir esta entidade.

Nestas circunstâncias, a única ideia que parece aceitável é a vaga definição do seu território nos seguintes termos: faixa ocidental compreendida entre os rios Douro e Tejo, com prolongamentos para sul, cujo alcance é difícil determinar, mas que podem ter sido significativos.

4.2. Para além desta noção de Lusitânia, há uma realidade geográfica criada pelos romanos, cujas fronteiras se podem determinar com bastante precisão: província romana com esse mesmo nome, resultante de uma compartimentação da Hispânia Ulterior, que terá sido criada em 27 a. C., no âmbito do primeiro grande movimento de reorganização administrativa do império levado a cabo por Augusto.

Nesta fase terão sido englobados, para além do que será a futura província designada com o mesmo nome, os territórios do noroeste peninsular correspondentes à Galécia e Astúrias. Alguns anos mais tarde, em data geralmente situada entre 16-13 a. C., o mesmo imperador terá procedido a remodelação provincial, na sequência da qual estes dois territórios passaram a fazer parte da Hispânia Tarraconense. Fixaram-se deste modo as fronteiras da *provincia Lusitania* tal como é conhecida geralmente dos historiadores da antiguidade.

Embora por vezes, numa generalização abusiva, se faça equivaler esta antiga Lusitânia a Portugal, não há correspondência entre as duas realidades. A circunscrição romana abarcava genericamente todo o território actualmente português a sul do Douro, bem como a totalidade das províncias de Salamanca e Cáceres e uma parte das de Badajoz, Ávila e Toledo. A sua capital, em certa medida excêntrica em

relação ao território, uma vez que implantada junto a um dos limites meridionais, situava-se em Mérida. O nacionalismo fundamentalista lusitano sofre, de resto, um rude golpe com o facto de a própria capital se situar afinal em terras de Espanha.

Portanto, é vã qualquer tentativa de fazer corresponder o território português à antiga Lusitânia, tanto na sua concepção como província romana, como na sua identificação como a pátria de Viriato e dos seus companheiros.

B. A SEGUNDA ELABORAÇÃO MÍTICA: A APROPRIAÇÃO E REELABORAÇÃO DO HERÓI

5. Como se Cria um Herói Nacional

Para lá das questões históricas relacionadas com a figura do chefe lusitano, que pertencem decididamente ao domínio da Cultura Clássica, nos seus múltiplos aspectos (visão do mundo, ideais humanos, etc.), por não dispormos de outra informação para além da proporcionada pela sua literatura; há uma outra questão, que poderemos considerar paralela – se não mesmo autónoma ou divergente –, a da construção do personagem, no âmbito de uma nova realidade política e ideológica: a que dá origem a um Herói Peninsular.

Nesta perspectiva, e em linhas gerais, poderemos citar como primeiro acto de apropriação do seu nome e memória as referências que se lhe fazem na *Crónica Geral de Espanha*, de 1344 (Capítulos LXVI a LXIX). Neste texto, Viriato (ou *Vyaraço*, como é grafado) surge como um destacado agente da resistência hispânica (no sentido latino do termo, como equivalente de Península Ibérica) ao conquistador romano. Trata-se, portanto de um herói hispânico, não associado a qualquer das monarquias que então repartiam entre si o espaço peninsular.

O processo de aporuguesamento, chamemos-lhe assim, do personagem, ou da sua reivindicação como figura explicitamente vinculada ao espaço hoje português, começou, de facto, somente no século XVI com André de Resende. O fenómeno não deixa de ser interessante, sobretudo por se desenrolar naquilo a que somos tentados a chamar dois planos distintos. Por um lado, no plano erudito, da exegese das fontes clássicas, Resende caracteriza a *Lusitania* e fala dos diversos povos que a ocuparam, reconhecendo explicitamente que não existia uma identidade geográfica entre o antigo território e o reino de Portugal. Mas, por outro, num plano eminentemente retórico, estabelece a identidade entre *lusitanos* e *portugueses*, como é sabido, foi mesmo o criador do neologismo *lusíada*, posteriormente usado por Camões na sua epopeia. Não devemos esquecer, porém, que o contexto em que Resende produz as suas

Antiguidades da Lusitânia, em 4 livros, editado postumamente em 1593, e o próprio objectivo da obra não seria alheio a uma exaltação pátria, que, na época, correspondia afinal à reivindicação de uma *Lusitania*, singular e bem demarcada, no contexto de uma *Hispania*, que a tradição clássica concebia como unitária e o Humanismo castelhano recuperava. Como bem sublinhou R. M. Rosado Fernandes, a perspectiva de André de Resende seria, claramente, a de procurar forjar uma consciência de *identidade nacional*, que pretensamente encontraria as suas raízes já em tempos antigos.

Curiosamente, foi também o ilustre eborense o «inventor» dos *Montes Hermínios*, no plural, quando estabeleceu uma distinção entre um *Hermínio Maior*, que localizava na Serra da Estrela, e um *Hermínio Menor*, a Serra de S. Mamede, pela necessidade sentida em aproximar o nome daquele acidente geográfico do espaço onde decorreram as guerras lusitanas, dos tempos de Viriato.

Este aporuguesamento do chefe lusitano continua, depois, na historiografia portuguesa, designadamente na *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito, cujo *Livro Primeiro* foi dada à estampa em 1597, mas conhece, de facto, um novo momento importante, já nos fins do século xvii, no poema *Viriato Trágico*, de Braz Garcia de Mascarenhas, publicado postumamente em 1699. Nas palavras de Pina Martins, trata-se do mais importante poema heróico da Restauração portuguesa; e, justamente pelo contexto em que foi produzido, pode considerar-se como uma verdadeira manifestação nacionalista. Citaria, apenas, dois passos do poema, que me parecem particularmente interessantes para o tema que estamos a tratar. No Canto I.14:

(...) *Não lhe negue a nação, porque merece
Ser collocado em seu eterno archivo
Todo foi portuguez no esforço e manha,
Sem ter mistura de nação estranha*

E no mesmo Canto I.15:

*Nasceu naquella serra, que chamada
Herminia foi, hoje se chama Estrella*

Encontramos, assim, neste contexto preciso e concreto da história portuguesa (a das guerras contra Castela na segunda metade do século xvii) uma reivindicação concreta de Viriato como heróis português, natural da Serra da Estrela – sublinhe-se, um tempo em que fazia todo o sentido sublinhar, uma vez mais, a distinção

entre *hispânico* e *português*, na medida em que a monarquia filipina almejava à recuperação, no concreto, do conceito político territorial de *Hispania*. Esta última identificação, que, como houve já oportunidade de comentar, não encontrava qualquer fundamento na literatura Antiga, relacionava-se com outras questões e razões, de natureza mais fluída, que poderemos relacionar com a personalidade do Autor do poema heróico. De facto, Braz Garcia de Mascarenhas, tinha nascido na região (e conhecia-a bem, como se pode ver em diferentes pontos do poema), serviu D. João IV como capitão da praça forte de Alfaiates, Guarda, na fronteira com a Espanha e distinguiu-se (ou, pelo menos, assim fez constar) pelos seus feitos de armas na região, recorrendo justamente a uma tática guerrilheira contra os exércitos do país vizinho, em alegada emulação do chefe lusitano. Há, pois, inquestionavelmente, um curioso fenómeno de identificação entre o Viriato, lusitano «beirão», defendendo, pela astúcia e valentia, o seu terrunho natal, contra o romano, mais poderoso e bem armado, e o Autor, ele próprio capitão de «guerrilhas», pugnando em defesa da sua terra, contra um novo invasor mais poderoso e bem armado. O «portuguesismo» do lusitano e a sua origem beirã têm, neste contexto, um enquadramento e explicação que em nada devem aos dados transmitidos pelas fontes greco-latinas. Este processo «de espelho», chamemos-lhe assim, em que se constrói uma imagem de herói à medida das aspirações de uma época, mas também com contornos e fisionomia, desenhados à medida da autoestima (e autoimagem) de um Autor, é particularmente curioso. Reconheça-se, porém, que tal construção, no caso vertente, não resulta de todo datada.

Naturalmente, o *Viriato* de Braz Garcia de Mascarenhas – como, aliás, o da própria tradição clássica – tinha tudo, afinal, para se tornar em produto popular, em modelo apropriável por diferentes ideologias. Trata-se de um homem só, que vislumbra saídas e horizontes, mais amplas e rasgados do que os seus contemporâneos – que tem razão «fora de tempo», como diríamos hoje, ou para lá do tempo –; que sabe surgir e afirmar-se, no seio do seu povo, em um momento de crise – providencial, portanto –; é o guerreiro indómito, que coloca acima de tudo a defesa da sua pátria e que só foi vencido pela perfídia e dissidência dos seus companheiros; finalmente, é o chefe justo e simples, desprendido dos bens materiais e honrarias. Em suma, mais do que um homem, de carne e osso, é um conjunto de *clichés*, chamemos-lhe assim, passíveis de serem colocados ao serviço dos mais diferentes interesses, ideologias ou regimes políticos; e, acima de tudo, de gerarem processos de identificação (ou mimetismo) com chefes políticos ocasionais. Um «produto» com estas características, não poderia deixar de ser usado (e abusado) ao longo dos tempos.

No entanto, tal como houve um fenómeno de «aportuguesamento» do personagem Viriato, também se verificaram fenómenos análogos na vizinha Espanha. Como se compreenderá, esta imagem serve qualquer nação, desde que se afigure legítimo operar a sobreposição geográfica entre o antigo território e o novo Estado. Sem pretendermos ser exaustivos no enunciado de tal processo, interessa-nos reter somente que ele existiu e se manifestou das mais diferentes formas. A título de exemplo, cite-se o trabalho do Catedrático dos Institutos de Las Palmas, Badajoz e Granada, Anselmo Arenas López, dado à estampa em 1900, com o sugestivo título de: *Reivindicaciones Históricas. Viriato no Fué Portugués si no Celtibero: su Biografía*; ou ainda o facto de se ter erigido em Espanha, na cidade de Zamora, um monumento a Viriato, muito antes de se ter feito o mesmo (entenda-se, um monumento singular, específico) em Portugal. No entanto, como em Espanha existia o episódio da resistência de *Numantia*, mais expressivo e concreto (na medida em que podia objectivar-se em um lugar, o do próprio aglomerado pré-romano e, deste modo, dar-lhe uma consistência física), Viriato constitui, sempre, um personagem «alternativo», uma de duas hipóteses, que não o *herói*, como entre nós o foi.

Pode mesmo mencionar-se como uma particular forma de afirmação do Viriato «português», em face dos espanhóis, o facto de ter sido escolhido o nome de *Viriatos* para o corpo expedicionário, de voluntários portugueses, que combateu, ao lado dos nacionalistas, na Guerra Civil de Espanha (1936-1939). Irmanados, pois, no propósito nacionalista, mas sem deixar de reivindicar os seus heróis próprios.

Creemos, contudo, que um dos mais expressivos exemplos de como Viriato é também encarado e sentido como um *herói espanhol* constitui a existência de uma tradução castelhana do romance de João Aguiar, *A Voz dos Deuses, memórias de um companheiro de armas de Viriato*, que parece conhecer assinalável êxito (pode encontrar-se à venda, inclusivamente, na loja do Museo Arqueológico Nacional, de Madrid). O romance (e o sucesso que conheceu) pode considerar-se como uma expressiva demonstração de como o personagem Viriato, seus compenheiros e aventuras se prestam, sem grandes modificações, à simpatia e reconhecimento de gentes de diferentes épocas e aspirações.

Claro que, no domínio das «reivindicações históricas», se poderá argumentar que Anselmo Arenas López é um personagem de somenos, no contexto dos debates histórico-literários, aquilo a que se poderá chamar um Autor de «segunda linha», sem menosprezo para com os seus dotes. No entanto, essa verificação em nada altera a linha geral de apreciação, na medida em que o território da disputa, do debate, em torno de Viriato – entenda-se, em uma perspectiva nacionalista, romances à parte – foi sempre uma querela de eruditos locais e personalidades secundárias,

visto que os Autores mais conceituados adoptaram quase sempre uma de duas atitudes: ou se ficaram pela transcrição, mais ou menos «objectiva» (ou anódina) do legado literário clássico (ainda que «filtrado» e «relido» por A. Schulten), quando não ignoraram, simplesmente, a questão; ou se «envolveram» de um modo distanciado, colaborando ou patrocinando determinados pontos de vista, sem, contudo, se empenharem demasiadamente no caso. Sob uma outra óptica, pode dizer-se que a questão do nacionalismo português, tal como foi assumido e defendido, por exemplo, por Alexandre Herculano, buscava terrenos mais firmes e consistentes de «legitimação histórica», evitando deliberadamente as situações ambíguas, como aquela que rodeava a questão lusitana.

Em face destas omissões, o território permaneceu «ocupado» por eruditos «menores» – perdoe-se-nos a eventual injustiça de tal apreciação. Viriato e as suas origens constituíram, por isso mesmo, um campo fértil para a disputa regionalista. Há as diferentes aldeias, vilas e cidades das beiras, sobretudo da Beira Alta, que reclamam para si o local do nascimento de Viriato – há mesmo casos em que placas evocativas se encontram afixadas em casas –; há uma importante tradição literária que reclama para Seia, o local do nascimento do herói. Como em outro local nos ocupámos já das circunstâncias e contexto em que surge e se materializa o projecto do monumento de Viseu, atentemos, aqui, em um exemplo da reacção «bairrista» que provocou. Recordamos concretamente um livro, publicado em edição do Autor, em 1950 (dez anos depois da inauguração da estátua de Viriato em Viseu), por Victor de Tusculano onde, de algum modo, se enunciam os contornos gerais da questão: «*Das várias terras que se disputam a honra de terem sido o berço de Viriato – Gouveia, Linhares, Folgoso, Valezim e Póvoa Velha – é esta última a que mais razão tem para disso se vangloriar (...) Há, porém, uma quase certeza histórica: Viriato nasceu em terras de Sena, no Hermínio Maior. E porque não em Sena propriamente dita?*» (*A Lusitânia de Há Dois Mil Anos. Epopeia Militar de Viriato*, Caxias, 1950, p. 64-65).

Pensamos que não será necessário dizer que se trata de um Autor de Seia. Mais interessante nos parece verificar como se incorporam e sintetizam algumas ideias de longa tradição literária, ainda que sem qualquer base em fontes clássicas, como aquela de identificar um *Hermínio Maior* na Serra da Estrela, ou identificar ali o local do nascimento de Viriato. As fontes, não são seguramente Diodoro Sículo ou Apiano, muito menos, Políbio ou Possidónio, mas sim, como é óbvio, Resende e Mascarenhas, ou algum dos seus seguidores. Assim se tem feito, afinal, a história do Viriato lusitano...

Naturalmente, as reivindicações regionalistas não se ficam por esta «quase cer-

teza histórica». Sem procurar mais longe, continuemos a citar Victor de Tusculano, que se insurgiu, nestes moldes, contra o monumento a Viriato, erguido em Viseu (outra das terras que se reclama da herança do lusitano): «*Em Portugal só uma estátua existe [de Viriato] há poucos anos em Viseu, oferta do grande escultor espanhol Mariano Benliure, casado com uma senhora viseense. Se, artisticamente, este trabalho de Benliure não desmerece dos seus múltiplos trabalhos espalhados por toda a Espanha, a estaueta [sic] de Viriato impressiona pela sua pequenez. Benliure não deve ter lido nada acerca de Viriato e não houve quem o instruisse sobre a vida do nosso herói. O guerreiro genial o homem de estatura e musculatura gigantesca que abateu, como nenhum outro chefe popular, o orgulho de Roma, é, na concepção do grande e admirado escultor espanhol, um garotinho [sic] que nada diz à alma nacional*» (ob. cit., p. 144). Em conformidade com estas considerações, o escritor senense conclui com um apelo pungente, que aparentemente não obteve qualquer eco: «*Sois Lusitanos e Portugueses senenses (...) Promovei uma subscrição nos concelhos serranos e fazei erguer – ao menos! – na terra de Viriato um busto ao precursor de Portugal*» (Id.: p. 146).

As citações valem, por si, e dispensam qualquer comentário. Suscitaram-nos, contudo, uma curiosidade, que originou uma investigação, que dá ainda os seus primeiros passos, mas que aqui quisémos trazer: a da imagem de Viriato. De facto, um dos mais interessantes desafios que qualquer artista ou ilustrador pode enfrentar é, em nosso entender, justamente o de conferir uma fisionomia, uma imagem, a um personagem que se conhece somente de textos literários, particularmente omissos no que toca à descrição física.

6. Que Iconografia para um Herói sem Imagem?

Atentemos em alguns exemplos, onde se representou o chefe lusitano, com óbvias intenções nacionalistas, mas, sobretudo, nas formas como diferentes artistas resolveram o problema de conferir uma fisionomia a alguém que, de todo, a não possui, por não nos ter chegado qualquer imagem, ou sequer descrição física.

O primeiro desafio prende-se, naturalmente, com a forma como se veste o herói. O primeiro caso, absolutamente «ingénuo», é o da gravura onde se representa o chamado juramento dos lusitanos, feito sobre as entranhas dos seus mortos – episódio baseado em uma tradição literária forjada em época posterior à Antiguidade, e que, por isso mesmo, se encontra hoje devidamente «expurgado» do legado literário sobre Viriato, depois de ter conhecido uma particular atenção, pela sua carga, a um

tempo, dramática e macabra. A gravura está reproduzida no *Viriato Trágico* e é particularmente interessante por demonstrar as dificuldades sentidas em dar uma aparência de época aos personagens. Como a iconografia disponível era somente a legada pela Antiguidade Clássica, o chefe lusitano aparece vestido como se de um soldado romano se tratasse (Fig. 1). O contrasenso desta representação (vestir «à romana» o inimigo de Roma) acabaria por ser devidamente apreendida, levando a novas composições, onde se evita deliberadamente esta conotação, corrigindo a indumentária.

Os modos pelos quais se procurou ultrapassar esta dificuldade podem enquadrar-se em duas grandes tendências: por um lado, optando por representações em que se acentua o carácter «primitivo», «bárbaro», dos lusitanos; por outro, pelo recurso à iconografia helenística, como modelo de representação alternativo, às imagens claramente «à romana», com a vantagem de possuir, tal como aquelas, uma caução de época – isto é, de remeter claramente para a Antiguidade.

Entre os exemplos das representações «primitivas», pode citar-se uma outra do «juramento dos lusitanos», da autoria do pintor Augusto Roquemont (e que se encontra no Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto), onde o herói é representado de túnica, cingida na cintura e descalço (Fig. 2). Os capacetes e lanças dos seus companheiros correspondem a modelos suficientemente atípicos, para se poderem considerar «genuínos» (isto é, simplesmente, antigos), sublinhando o carácter guerreiro da composição. Algo de semelhante se poderia dizer da ilustração da capa da tradução portuguesa da célebre biografia de Viriato, do alemão Adolf Schulten, publicada em 1940 (Fig. 3) – esta última, com a particularidade de se apresentar «em contraciclo», por ter sido produzida em uma época onde se afirmava já uma outra tendência de representação, como haverá a oportunidade de ver. Em situação extrema, pode invocar-se, ainda, uma representação (também bastante «ingénua», ainda que bastante recente) que ilustra o já citado livro de Victor Tusculano (Fig. 4), onde se vê um Viriato, perfeitamente troglodita, vestido de peles, só, sobre um imponente penedo, em pose vigilante. As componentes primitivas de todas estas imagens, com maior ou menor ingenuidade, são, respectivamente, o vestuário simples e a face barbada, em clara oposição às faces escanhoadas do mundo romano da época. O armamento resume-se quase sempre ao mínimo, sem couraças, nem sofisticados equipamentos, sublinhando justamente um primitivismo, fortemente contrastante com as imagens romanas.

A tendência alternativa, aquela que buscava nos modelos helénicos a inspiração para representar fisicamente o chefe lusitano, pode encontrar-se numa das mais importantes e conhecidas representações de Viriato (que todos conhecem, ainda

que nem todos saibam, talvez, que se trata, realmente, do guerreiro lusitano): a do Arco da Rua Augusta em Lisboa (Fig. 5). O herói aparece representado aqui com uma túnica clássica, cingida na cintura, de longos cabelos e face barbada. O aspecto mais interessante desta imagem é que, provavelmente, ela corresponderia bem ao arquétipo estóico, que encontramos na historiografia helenística. Trata-se verdadeiramente do chefe bárbaro, sóbrio, frugal e justo, enaltecido por Possidónio e legado à posteridade por Diodoro Sículo e Apiano. Neste particular, bem se poderá dizer que uma tal imagem é a que mais próxima se encontra daquela que os Autores Antigos nos transmitem. Provavelmente o aspecto mais surpreendente desta estátua é, simplesmente, a sua existência e o contexto em que se encontra.

De facto, o coroamento do Arco da Rua Augusta constitui uma alegoria triunfal da Nação, com intuitos pedagógicos, e representação dos seus maiores – *Virtudibus Maiorum ut sit Omnibus*, como reza a inscrição. Embora o seu projecto constituísse um dos elementos do urbanismo pombalino – constava do traço de Eugénio dos Santos, para o plano de Manuel da Maia –, a sua execução foi bastante tardia. Embora a base tenha sido concluída em 1815, só foi posta a concurso, o coroamento, em 1834, e somente em 1873 foi concluído, sob o risco de Veríssimo José da Costa, com a colaboração dos escultores A. C. Calmels e Victor Bastos, custeado por subscrição pública, não sem que antes se tenham verificado importantes polémicas em torno da sua iconografia e da própria inscrição que deveria ostentar. Basicamente, o que ali está representado é a Glória, coroando o Génio e o Valor. De lado, duas figuras masculinas representam os rios Tejo e Douro. Na base, quatro figuras emblemáticas, *os nossos maiores*, Viriato, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, simbolizam, respectivamente, a raiz, a defesa da independência, a construção do Império e a modernização. Acrescente-se que as polémicas suscitadas por estas imagens se centraram, sobretudo, na pertinência da representação de Pombal, não parecendo ter estado em causa nenhuma das outras escolhas.

O que é mais insólito na presença de Viriato é justamente ser este personagem o escolhido para ilustrar as origens, em detrimento, por exemplo, de Afonso Henriques, e isto em uma época em que Alexandre Herculano se encarregara já de desmontar a pretensa pré-figuração do reino de Portugal na *Lusitania* pré-romana, nas páginas da sua *História de Portugal*. O mínimo que se poderá dizer é que a mensagem não passou, de todo – aliás, por falar em desfasamentos, bem poderemos perguntar o que terá levado a colocar na capa de uma recente edição do já clássico estudo de Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, uma fotografia do monumento a Viriato, de Zamora, quando na dita obra se não defende qualquer ligação

entre o herói lusitano (ou simplesmente a *Lusitania* ou os lusitanos) e o reino de Portugal...

Voltando às imagens de Viriato, no quadro de uma opção helenizada, pode mencionar-se, ainda, o célebre quadro de José de Madrazo (no Museu de Arte Moderna de Madrid), que representa a morte de Viriato (Fig. 6). A obra, uma pintura neo-clássica, representa o herói jazendo morto sobre o leito, na sua tenda, face barbada, rodeado dos seus companheiros de armas, que o choram, envergando equipamento militar. É possível identificar vários elementos que se podem considerar tipicamente romanos no vestuário e armas dos personagens. No entanto, em alguns dos elmos representados, reproduz-se claramente o modelo do capacete grego encontrado na ria de Huelva, aparentemente, por Madrazo procurar fugir à iconografia romana, uma vez que estava em causa, o inimigo de Roma. Este detalhe é particularmente interessante porque introduz uma nova vertente da iconografia de Viriato, aquilo a que poderemos chamar as «imagens de síntese», sem dúvida a tendência triunfante e dominante nos dias de hoje – apesar dos já mencionados «anacronismos», como o da ilustração de capa da biografia de Viriato, de Schulten; ou do desenho, constante no livro de V. Tusculano.

Como vimos, as representações antigas de Viriato ressentiam-se do desconhecimento existente sobre a iconografia antiga, que não fosse a romana ou helenística. No entanto, à medida que foi progredindo a investigação arqueológica, a Antiguidade «bárbara» ocidental (entenda-se, o mundo pré-clássico) foi-se povoando de estruturas, objectos e representações que pertencem a outros enquadramentos estéticos e, por consequência, forneciam aos artistas todo um conjunto de novos modelos para compor as imagens da Antiguidade. Paralelamente, o público consumidor destas imagens foi ficando, também, cada vez mais familiarizado com esses dados materiais, pelo que, até por razões de coerência e de autenticidade figurativa, se impunha a criação de uma nova iconografia, que operasse a necessária síntese, conferindo uma eficácia acrescida a estas imagens.

Um bom exemplo desta nova tendência (imagens de síntese) é justamente a da estátua de Viseu do escultor Mariano Benlliure (Fig. 7). O herói lusitano aparece, barbado, como sempre (pode dizer-se que esse atributo «bárbaro» é comum a todas as representações, independentemente da «escola iconográfica»), com túnica curta, cingida na cintura, empunhando uma falcata e defendendo-se com um pequeno escudo redondo, de umbo metálico, radiado. Atrás de si, outros guerreiros empunham espadas de antenas, ditas do «tipo Alcácer do Sal» – assim chamadas por terem sido identificadas na necrópole da Idade do Ferro ali escavada no século passado e princípios deste. É evidente que o escultor se documentou, estudou a «lição», con-

sultou bibliografia, procurou reproduzir, nas mãos dos seus personagens, objectos conhecidos pela investigação arqueológica, buscando a composição de uma imagem com um marcado cunho de autenticidade. Cremos que o aspecto mais curioso destas representações de síntese, particularmente desta, é justamente a sensação que nos transmitem de que existe um enorme esforço de representar com autenticidade uma dada realidade, com os inconvenientes óbvios de tal intento resultar da informação então disponível.

Assim, no monumento de Viseu, Viriato empunha uma falcata, na época consensualmente identificada com o *gladius hiapaniensis* das fontes latinas (o que hoje sabemos não ser correcto), que é uma espada típica do mundo «ibérico» – ainda que se conheçam, também, exemplares na área «céltica-lusitana-vetona» –, e defende-se com um escudo redondo, de umbo metálico, radiado, mais típico da área continental-setentrional – reproduz, aliás, o exemplar encontrado nas escavações realizadas pelo Marquês de Cerralbo, na necrópole soriana de La Osera. Os seus companheiros empunham armas que reproduzem os modelos encontrados na necrópole de Alcácer do Sal. Independentemente de nos podermos questionar, em perspectiva estritamente histórica/arqueológica, se este poderia ter sido, de facto, o armamento de guerreiros do séc. II a.C., ou mesmo que possibilidade haveria de se encontrarem estas associações, o que hoje se pode observar no monumento de Viseu é, afinal, também uma imagem bem Clássica, onde se amalgamaram diferentes armas «exóticas», exibidas justamente por o serem – os romanos produziram representações deste tipo, no suposto mausoléu de Júnio Bruto, em Roma, ou nas moedas de P. Carísio, de cunhagem hispânica, onde, à laia de troféu, se juntam exemplares do armamento bárbaro hispânico.

Para lá destes considerandos, o que importará reter é que, de facto, as imagens de síntese acabam por espelhar, sobretudo, os conhecimentos, ideias e convicções das épocas em que foram produzidas.

Um outro exemplo curioso destas imagens de síntese é a que se pode encontrar em uma página de quadradinhos («banda desenhada») pertencente à série *Grandes Portugueses I* (Fig. 8), compilação de biografias ilustradas de «as maiores figuras de Portugal», sob a epígrafe camoniana «E aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando», editada pela revista *O Camarada*, órgão da Mocidade Portuguesa – é conveniente este esclarecimento, uma vez que o termo tem outras conotações políticas, sobretudo para os mais jovens. Viriato é justamente o primeiro *grande português*, aqui compilado. As imagens são interessantes justamente por pretenderem representar de um modo fidedigno as situações narradas. O herói lusitano aparece-nos justamente com os seus atributos «Bárbaros», longos cabelos

e barbado, com túnica curta, cingida na cintura, combatendo com uma espada curva, do tipo falcata. Atente-se como na primeira imagem, se representa o chefe arengando ao seu povo, em um ambiente de casas de pedra, circulares, á imagem das conhecidas no noroeste peninsular, onde (sublinhe-se) nenhum episódio das guerras lusitanas terá ocorrido. No entanto, neste particular, funciona plenamente o efeito de época, as únicas casas da Idade do Ferro que então se conheciam eram justamente as do noroeste, pelo que os ilustradores não podiam dispor de outro modelo. O intuito «académico» de produzir imagens de forte autenticidade pode ver-se, também, na ilustração onde Viriato dialoga com um romano, vestido com a típica *lorica segmentata*, bem conhecida da Coluna de Trajano (e que encontramos, sistematicamente, por exemplo, nas aventuras de Astèrix o gaulês), não faltando mesmo, ao fundo, a representação de uma proa de galera, um elemento iconográfico bem conhecido, na numismática romana, de época republicana. Esta impensável (por perfeitamente dispensável) representação da galera constitui, justamente, o melhor indício de que existia uma intenção explícita de autenticidade figurativa.

Desta breve apresentação do processo de construção de uma imagem para um personagem sem iconografia da sua época, poderemos reter, como fase culminante de um caminho longo, onde se ensaiaram diferentes programas iconográficos, aquilo a que chamamos as imagens de síntese. Trata-se, porém, do culminar de um caminho, onde se observam duas grandes tendências iconográficas, com alguns pontos em comum: a da representação do «bárbaro» e a da apresentação de uma figura «helenizada»; naturalmente, para além das representações «ingénuas», mais antigas. Nas modernas imagens de síntese perdura, contudo, a componente «bárbara» da cabeleira e barba, isto apesar, de toda a iconografia conhecida no mundo «ibérico» peninsular nos mostrar figuras masculinas devidamente escanhoadas, à moda mediterrânea; e, pelo contrário, não ser fácil encontrar figuras barbadas (com a exceção de algumas das estátuas da área galaica do noroeste). Neste particular, dir-se-ia que os artistas não ultrapassaram ainda as tradicionais oposições binárias «bárbaro/civilizado», inscritas no património iconográfico do mundo romano – uma vez mais, a coluna de Trajano, em Roma, constitui um bom exemplo desta mundividência, com o seu cortejo de romanos couraçados, combatendo contra seres vestidos de pano, barbudos e cabeludos. Perdura, também, uma mescla de elementos iconográficos que é, sobretudo, a consequência de um deficiente conhecimento ainda existente das realidades arqueológicas da área *lusitana*, propriamente dita, do espaço hoje português.

Justamente este último aspecto será, porventura, o mais insólito de toda a estranha relação que os portugueses contemporâneos mantêm com Viriato e os lusitanos.

De facto, ao fim de séculos de reivindicação do herói como património histórico nacional, de utilização do seu nome e figura, nas mais diversas circunstâncias, de que a mais recente terá sido a exposição *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a.C.*, patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, de 1996 a 1997 (para não falar nas insólitas reacções de patriótico fervor, que suscitou o nosso texto sobre o tema, publicado nas páginas da revista *Penélope*, em 1992), a área propriamente *lusitana* do espaço hoje português permanece como a mais desconhecida, de um ponto de vista arqueológico, do nosso território – tal desconhecimento encontrava-se, aliás, bem patente na referida exposição, que, apesar disso, não hesitou em chamar a título o nome do chefe lusitano. E, o que será mais grave, não se conhece qualquer projecto de investigação, em curso ou em gestação, que tenha por objecto um conhecimento efectivo destas realidades antigas.

É compreensível que, sob o Estado Novo, com a peculiar perspectiva histórica que o caracterizava, tais projectos não fossem particularmente acarinhados, por conterem, previsivelmente, uma promessa de revisão da imagem construída, que servia perfeitamente, tal qual estava. Mais estranho, nos parece que, em sociedade democrática, aproximando-nos do final do século (e do milénio), o tema de Viriato e dos lusitanos permaneça adormecido nos meios científicos nacionais, que somente para o mesmo parecem despertar, em sobressalto, quando alguém resolve interrogar e debater os dados disponíveis; e que o faça, não para participar na discussão de uma forma concreta e objectiva, mas, tão-somente, para agitar velhas bandeiras e discursos nacionalistas, que nem sequer conservam já a elegância *rétro*.

7. Em conclusão, o pouco que se sabe a respeito de Viriato e dos seus companheiros afasta-se substancialmente do que constitui a versão mais vulgarizada entre nós. É nítido que a visão tradicional, delineada num espírito de apropriação nacional de uma figura mítica, não tem qualquer fundamento, nem nas fontes clássicas, nem no pouco que se sabe da realidade arqueológica.

Deve, em conformidade, analisar-se esta questão em outros moldes, de forma a despi-la de fervores nacionalistas, que esta figura não pode de modo nenhum sustentar. Esta figura mítica, cujos primeiros obreiros foram os próprios autores clássicos, pode continuar a ser apontada como o representante de um sociedade cujos princípios e valores se diferenciavam substancialmente dos romanos e que lutou até ao fim contra uma submissão inevitável ao poderio de um inimigo muito mais poderoso.

Podem admirar-se, a crer nos tópicos mais comuns das fontes literárias, as virtudes guerreiras, a agilidade, a versatilidade táctica dos cavaleiros lusitanos. Pode explicar-se a incompreensão de determinados historiadores gregos e romanos perante as razias sistemáticas por eles conduzidas. Pode sublinhar-se a capacidade de um homem de garantir a confiança de uma organização gentílica e assegurar a sua fidelidade. Pode enaltecer-se o facto extraordinário de ter resistido com frequência à perfídia do chefe dos seus inimigos, a ponto de o próprio senado lhe pedir explicações pelos métodos usados.

Não se pode, no entanto, transformar a questão viriatina num problema de contornos nacionalistas. Definitivamente, Viriato não foi nem português nem espanhol. Foi e será sempre e apenas um lusitano.

8. Respostas Breves a Questões Pertinentes

P: *O nome próprio Viriato, que já foi posto em causa várias vezes, aparece associado a imagens, por exemplo, os guerreiros celtiberos têm aquele «vírias». Significará a palavra Viriato determinada personagem, ou designaria simplesmente os chefes?*

R: Costuma, de facto, relacionar-se o nome de Viriato com a palavra *viria* (bracete), propondo-se-lhe essa etimologia. Quanto à sua singularidade, só podemos responder com base nos dados conhecidos. De facto, o nome *Viriato* encontra-se atestado em cerca de meia dúzia de inscrições latinas, isto é, produzidas já sob o domínio romano, ainda que se refiram a indivíduos de onomástica indígena (pré-romana). Dentro do que julgamos saber, o nome só se encontra documentado na região do entre os rios Tejo e Minho, no que toca ao espaço hoje português. É claro que o aparecimento dessas inscrições não deixou de suscitar algumas propostas (sem fundamento) de que se trataria *do Viriato*, com o inevitável cortejo de reivindicações bairristas que tais observações permitiam.

Basicamente o que se poderá afirmar é que o nome Viriato seria um nome comum, ainda que não muito documentado, há outros nomes indígenas mais representados na epigrafia latina; é um nome comum, na medida em que nada autoriza supor que designasse personagens de especial condição. Como nome encontra-se disseminado não só na área lusitana, mas também na área galaica. Seria pois um nome galaico-luistano.

P: *Existe bibliografia sobre Viriato que possa indicar?*

No fim disse que não havia qualquer projecto de investigação sobre tal figura.

Porque é que não existe interesse por ela? Será que é realmente um mito e não tem valor histórico?

R: A pergunta permite tratar questões que não focámos, por serem, de certo modo, marginais ao tema que escolhemos. Em primeiro lugar, diria que é extremamente difícil estabelecer uma sequência de obras, marcantes, que permitam perceber porque razão Viriato teve na cultura nacional a projecção que teve. É certo que houve o *Viriato Trágico*, mas teve poucas edições e, diria, escassa divulgação (mesmo atendendo a que houve uma «versão», para «o povo e as escolas», da autoria de João de Barros), e houve, também, a tradução portuguesa da biografia de Adolf Schulten (que saibamos, com escassa tiragem e difusão). Assim, parecem ter sido sobretudo as páginas de Mendes Correia, no primeiro volume da chamada História de Portugal, de Barcelos, as responsáveis por uma ampla divulgação da imagem do herói lusitano e, sobretudo, os compêndios escolares. O personagem conheceu uma atenção notória nos programas escolares, sobretudo do ensino básico, até à década de 60. A partir de então, esbate-se, desaparece mesmo. Em outro local, já sugerimos que esse processo de apagamento desta figura se deveria relacionar com as dificuldades que suscitaria, nessa década, a exaltação de um guerreiro que, em acções de guerrilha defendia a sua «pátria» contra uma potência imperial, mais poderosa – parece-nos que esta imagem poderia evocar, «perigosamente», a dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, então, em situação de guerra. Estamos convencidos que poderá ser esta «perigosa» comparação que determinou a exclusão de Viriato, de um programa de ensino que permaneceu basicamente o mesmo, excepto no que lhe respeitava.

Há que reconhecer, porém, que houve sempre complexos problemas na gestão da figura do herói lusitano, nos programas do ensino. Antes da Guerra Colonial, o problema colocava-se a um outro nível. Portugal era, por um lado, apresentado como um lídimo representante da cultura europeia ocidental, em cuja herança se incluía o Império Romano. Por isso, era difícil explicar o enaltecimento herói que tinha combatido esse mesmo Império. Os problemas de articulação são notórios quando se consultam os programas e manuais. A opção acaba sempre por ser a dissociação entre as guerras de Viriato e o legado clássico. Como se os outros romanos - os tais que nos deixaram as estradas, as pontes, o latim, os outros monumentos, enfim, um numeroso conjunto de elementos de Civilização –, nada tivessem a ver com os romanos que combateram contra os lusitanos e mataram, traiçoeiramente, o seu chefe.

Quanto às razões que explicarão a inexistência de uma investigação concreta sobre lusitanos, haverá, por certo, uma convergência de factores que a justificam.

Por um lado, todo um conjunto de problemas que tem que ver com a história da investigação arqueológica em Portugal e as sucessivas opções que foram sendo tomadas pelos seus agentes. Em segundo lugar, seguramente, por uma generalizada falta de recursos afectos a essa investigação (e que ainda hoje se mantém). Mas que, curiosamente, tem um paralelo directo em Espanha, onde a investigação sobre Numância – que é também a grande referência da Antiguidade, para o nacionalismo espanhol –, só conheceu um incremento substantivo por acção dos alemães, designadamente o já referido A. Schulten que, paradoxalmente, estaria muito mais interessado nos estabelecimentos militares romanos, que promoveram e suportaram o longo assédio àquela cidade, do que propriamente no núcleo pré-romano. Finalmente, um último aspecto, do qual em boa parte ainda nos não libertámos, tem a ver com a forma como os regimes totalitários gerem a sua memória histórica; ou, mais concretamente a forma como o Estado Novo lidava com o passado. O conceito, a ideia, claramente expressa, aliás, no célebre discurso de Oliveira Salazar, em Braga, no décimo aniversário da «Revolução Nacional», era a de que *a História*, estava devidamente estabelecida e esclarecida: havia «uma lição», que deveria ser transmitida e difundida, mas não discutida ou questionada. Por isso, tudo estava bem, como estava, não valia a pena investigar, aprofundar, questionar – tais pretensões poderiam mesmo ser tomadas como algo de subversivo, porque abalavam o estabelecido. O que se sabia era suficiente. E, convenhamos, o feixe de *clichés* de que se fazia a imagem do herói lusitano era popular e facilmente assimilável. Tem ainda a vantagem de ser suficientemente «abrangente» para servir, sem grandes modificações, diferentes discursos e perspectivas. O Viriato do romance *A Voz dos Deuses*, de João Aguiar, não é muito diferente do Viriato dos livros escolares antigos ou do herói do poema de Mascarenhas. Aliás a versão em banda desenhada deste mesmo romance (*A Voz dos Deuses*) – que aqui não abordámos, por opção, mas também por falta de tempo – enfrenta, justamente, os típicos problemas que sentirão todos os artistas que ensaiaram (e ensaiam) a produção das chamadas «imagens de síntese», apesar de, uma vez mais, ser notório o esforço de documentação e de manipulação de dados que possibilitem a produção de imagens verosímeis, credíveis.

É claro que, de um ponto de vista da imagem, das imagens que ilustram os compêndios escolares, ou o capítulo da História de Portugal, escrito por Mendes Correia, houve, desde sempre, digamos, um *corpus* iconográfico utilizável, ainda que num plano estritamente histórico se possa questionar tal opção. Esse *corpus* – que é, de certo modo, o da proto-história do ocidente peninsular – incluía as estruturas da Citânia de Briteiros, Guimarães, postas a descoberto pela iniciativa pessoal de Martins Sarmiento; ou as estátuas dos guerreiros galaicos, invariavel-

mente assimiladas ao mundo lusitano, por documentarem imagens de guerreiros que correspondem à descrição que nos legou o geógrafo Estrabão, dos montanhese indómitos da *Hispania*. No entanto, nada nos diz (até pela falta de investigação específica) que este mundo galaico do noroeste é análogo ou transponível para o mundo lusitano, geograficamente mais meridional e totalmente ignorado, de um ponto de vista arqueológico. À falta de melhor informação, as estátuas dos guerreiros e as casas redondas vão servindo de ilustração, como já tinham servido a Mendes Correia, a António Gonçalves Mattoso e, na generalidade, a todos os textos escolares.

P: *Haverá um mito ou vários mitos de Viriato?*

Parece-me que ele é um mito polifacetado. Quais os contornos que o mito assumiu ao longo da História? Há um mito do Viriato patriota, num território sem pátria; há o mito de um Viriato herói, mas um herói que era um bandido, etc.... Há toda uma série de coisas assim deste género. E o que eu gostaria de ver esclarecido, eram os diferentes contornos que o mito foi assumindo ao longo do tempo como expressões políticas e culturais.

R: A questão tem toda a pertinência e, lamentavelmente, não terá ficado devidamente esclarecida ao longo da exposição que fizemos. Quando citamos André de Resende, sublinhamos sobretudo a associação que propõe entre lusitanos e portugueses, em conformidade, aliás, com o que se fazia em outras nações europeias, onde as antigas denominações das províncias imperiais romanas eram adoptadas para nomear as respectivas regiões – com os franceses a intitularem-se *gauleses* ou os ingleses a proclamarem-se *bretões* –, ainda que houvesse a plena consciência, no humanista português, de que não existia uma sobreposição (ou total correspondência física) entre a *Lusitania* (província romana) e o reino de Portugal – a principal dificuldade estava, desde logo, no facto da sua capital *Augusta Emerita* se localizar em território castelhano. Havia até uma questão muito concreta, de ordem prática, que era a de estes homens (os humanistas europeus) comunicarem, entre si, em latim, pelo que recuperavam as antigas denominações romanas para identificar as diferentes nações do seu tempo.

Sim, por certo, há também uma componente de exaltação patriótica, quer em Resende, quer em Camões, por exemplo. O próprio André de Resende recorre a um conjunto de supostas inscrições latinas – na verdade tratava-se de falsificações, resta saber se da sua própria autoria (algumas, certamente que sim) – particularmente expressivas por conterem um conjunto de elementos de caracterização das virtudes dos lusitanos, como povo. Portanto, começa a forjar-se uma imagem virtuosa,

feita à imagem dos valores da sua época, dos lusitanos/portugueses; assumidas como atributos ideosincráticos nossos (dos portugueses).

Este processo que remonta ao século XVI, não deixa de crescer e assumir novos contornos em épocas mais recentes, ganhando outras dimensões, no âmbito dos discursos nacionalistas. Neste domínio, como é óbvio, o feixe de *clichés* de que se compõe a imagem de Viriato, podia servir de verdadeiro «pronto a vestir» para chefes políticos. O caso mais curioso é justamente o que se pode ler no discurso da inauguração da estátua de Viriato, em Viseu, em 1940 – data particularmente sugestiva, por ser a das comemorações do Duplo Centenário, ainda que a estátua viseense nada tenha a ver com as comemorações oficiais –, onde J. Lopes Dias enaltece a personalidade do herói lusitano, em explícita alusão a António de Oliveira Salazar, sublinhando o seu carácter de homem providencial, de homem só, sobre o qual pesam, solitariamente, as decisões difíceis, que suge no seio dos seus, em um momento particular de grande crise, sóbrio e justo, desprendido de riquezas materiais, etc., etc., e que também era originário da Beira...

Digamos que mesmo uma sociedade plenamente e culturalmente democrática, como é a dos dias de hoje, não deixa de apreciar este feixe de qualidades, eventualmente, mais umas do que outras. Mas todo o quadro é francamente simpático. Isto explica, por exemplo, o êxito do romance de João Aguiar; ou a popularidade de Viriato, em termos gerais. Resta-nos expressar o sincero voto de que nestes tempos de retorno dos nacionalismos, por vezes, sob formas tão exacerbadas, não voltemos a ter alguma «caricatura» mais trágica de Viriato...

P: *Acho que estamos a intelectualizar um pouco a figura de Viriato e não estamos a levá-la para a noção popular. Nesta noção o herói é qualquer coisa de extraordinário, que alimenta a formação da criança para se tornar adulta, capaz de se defender e defender os outros. O dito mito colectivo e o de um herói inatingível não é necessário à evolução do Homem, mas, sim, o de um herói atingível, aceitando com humildade a própria queda para que outros heróis continuem aquilo que ele não conseguiu.*

R: Compreendemos perfeitamente a questão colocada. Viémos aqui falar para um público específico e concreto, que não é um público infantil. Compreendemos perfeitamente que nos domínios da pedagogia infantil se tomem diversas liberdades, que não são necessariamente as que decorrem da investigação histórica e dos seus princípios. O que achamos é que não será necessário, talvez, apresentar este Viriato, como um personagem histórico. Não nos parece que haja necessidade de lhe atribuir uma caução histórica, que, na realidade, não tem. São planos diferentes, discursos

diferentes. Mas compreendemos perfeitamente a questão colocada e nem sequer nos repugna que se transmitam tais imagens a um público infantil, desde que se não diga, em outros planos, que se trata *do Viriato* histórico. Desde que não haja, pois, uma contaminação (ou confusão) de planos.

P: *A minha leitura de A Voz dos Deuses, de João Aguiar, parece-me não ter sido, propriamente a vossa. Penso que o sucesso que o João Aguiar teve não só em Portugal, como em Espanha, deve-se ao facto de tratar-se de um livro traduzindo o confronto da Ibéria com Roma, transpondo as fronteiras geográficas que ligavam o herói Viriato a Portugal e não devido a um factor nacionalista.*

R: Não nos teremos expressado da melhor forma, por certo. Não pretendemos dizer, de modo algum, que a obra de João Aguiar constitua um afloramento recente de ideologias nacionalistas. O que procurámos defender foi, simplesmente, que a imagem de Viriato, tal qual foi construída, no passado, com outros intuitos e finalidades, é transponível para outros contextos sociais, políticos e culturais, praticamente sem grandes «retoques». É a mesma imagem, produzida, difundida e consumida, passem as expressões, em contextos diversos e com propósitos distintos. É isso, aliás, que sublinha o seu carácter de *modelo ideal*, e lhe retira a dimensão humana. O herói é uma construção artificial, bem sucedida e popular, porque responde aos anseios de públicos diversificados, é bem a imagem da *virtude*. Uma última prova, se necessário fosse, de que o romance não possui qualquer conotação nacionalista é justamente o seu êxito e aceitação em Espanha.

Orientação bibliográfica:

A visão tradicional sobre Viriato e os Lusitanos radica essencialmente na obra fundamental de A. Schulten, *Viriato*, 2.^a Ed., Porto: Livraria Civilização, 1940, em boa parte retomada por H. G. Gundel, «Viriato, caudillo contra los romanos», *Caesaraugusta*, 31-32, 1968, p. 175-98.

Contra estas perspectivas é pioneira a obra de L. A. García Moreno, «Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano», *Actas del II Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1988, vol. II, p. 373-82. Complementarmente, pode ver-se L. Pérez de Villatela, «Notas sobre la jefatura de Viriato en relación con la Ulterior», *Archivo de Prehistoria Levantina*, 19, 1989, p. 191-204. Uma síntese destas questões encontra-se em A. Guerra & C. Fabião, «Viriato: Genealogia de um mito», *Penélope*, 8, 1992, p. 9-23. De entre as várias

obras dedicadas, entre nós, a esta figura, veja-se o recente trabalho de P. F. Alberto, *Viriato*, Mem-Martins: Inquérito, 1996, com uma pequena antologia de textos clássicos relativos a este personagem. Para o problema da identificação do *Mons Herminius* e para a questão do âmbito geográfico dos lusitanos v. J. de Alarcão, «Os Montes Hermínios e os lusitanos», *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, Lisboa, 2.º vol., p. De entre as obras de carácter geral recomenda-se a *História de Portugal* dirigida por João Medina, em cujo vol. 2 estão inseridos contributos que podem complementar a visão aqui oferecida: A. M. Arruda, «A conquista» (p. 161-74); C. Fabião, «Os contextos da conquista romana» (p. 180-86) e A. Guerra, «Os Lusitanos» (p. 89-93), «Viriato» (p. 133-36), «A língua lusitana» (p. 136-40), «Os textos» (p. 174-80).

TEXTOS

1. Breve retrato da figura de Viriato (Diodoro Sículo, 33, 1, 1-4)

A princípio, não tendo um chefe à altura, os Lusitanos eram presa fácil na guerra com os Romanos; mas, porém, depois de encontrarem Viriato, infligiram-lhes pesadas derrotas. Viriato era um lusitano dos que habitavam junto do Oceano. Pastor desde criança, familiarizou-se com a vida na serra, ajudado pelas capacidades físicas que possuía. Com efeito, quanto à força, à velocidade e agilidade em geral, era muito superior aos Iberos. Tendo-se habituado a comer pouco, a fazer muitos exercícios físicos e a dormir apenas o necessário e, em resumo, andando continuamente armado, pronto para a luta com animais e salteadores, tornou-se famoso entre o povo, que o escolheu para seu chefe. Em pouco tempo reuniu à sua volta um bando de salteadores. Bem sucedido nos combates, não apenas era admirado pela sua coragem, como ganhou também fama de possuir qualidades de comando excepcionais. Era justo na artilha dos despojos e cumulava de presentes os que se distinguiram pela sua bravura. Com o andar do tempo, proclamou-se a si mesmo já não salteador, mas sim comandante, e fez guerra aos Romanos, vencendo-os em muitas batalhas. Foi o caso do general romano Vetúlio que ele venceu com todo o seu exército, tomando-o como prisioneiro de guerra e entregando-o à morte pela espada. Teve também muitos outros sucessos na guerra, até que Fábio Máximo foi eleito general para combater contra ele. A partir daqui a sorte de Viriato começou a declinar, e não pouco. Em seguida, retomando a iniciativa, reforçou a sua reputação a expensas de Fábio Máximo e forçou-o a acordar um tratado indigno para os Roma-

nos. Cepião, porém, tendo sido escolhido para chefiar a guerra contra Viriato, conduziu depois até aos limites extremos da derrota (de tal modo que este até encarou a hipótese de uma trégua). E traiçoeiramente fê-lo assassinar pelos seus próprios companheiros.

2. Episódios em torno das bodas de Viriato (Diodoro Sículo 33,7,1-7)

Ao serem exibidas as taças de prata e de ouro e os tecidos bordados de toda a espécie, como é habitual nos casamentos, Viriato, soerguendo-se apoiado na lança, olhou de soslaio para aquele aparato, sem admiração nem assombro, mas antes com mostras de um sentimento de desdém. E, dizendo muitas coisas que vinham a propósito, deu numa simples observação grande realce à ingratidão para com os benfeitores e a imprudência [...], depois de fazer muitas considerações sobre os dons instáveis da fortuna e, acima de tudo, que a apregoada riqueza do seu sogro era escrava daquele que tem a lança. A isso acrescenta que o sogro lhe deve a ele a maior gratidão, e que lhe não dá nada que seja seu, já que ele, Viriato, é senhor de tudo. Assim, Viriato, apesar de instado, não fez as abluções, nem se sentou à mesa. Mas, quando diante dele foi posta uma mesa com toda a espécie de iguarias, tomando pães e carne deu-os àqueles que com ele tinham feito viagem. Ele próprio, pegando em alguns pedaços com as mãos, mandou que lhe trouxessem a noiva. Depois de sacrificar aos deuses e cumprir os ritos tradicionais dos Iberos, pôs a donzela em cima do cavalo e, logo de seguida, partiu para os lugares que tinha preparado na serra. Pois considerava que a maior riqueza era bastar-se a si mesmo: a liberdade, a sua pátria; e a superioridade adquirida pela coragem, a sua mais sólida fortuna. Era um homem que ia direito ao assunto, proferindo palavras certas como se brotasse de uma natureza que se ensinara a si própria e sem deformações.

Ao mostrarem-lhe muitos e valiosos objectos para o seu casamento, Viriato, depois de os observar, perguntou a Astolpas: «Como é que os Romanos, ao verem nos teus banquetes tantas coisas, não se apoderam destas riquezas, já que têm poder para tas tirarem?» Astolpas respondeu que, embora de muitos fossem conhecidas, ninguém ousava levá-las ou reclamá-las. Retorquiu-lhe então Viriato: «Porque é que, nesse caso, garantindo-te eles a imunidade e o uso seguro destas coisas de que são donos, tu, ó homem, os abandonas e desejas tornar-te aliado da minha vida e da minha humilde condição?».

Então, relativamente aos habitantes de Túci, que jamais se mantinham fieis a uma mesma escolha, mas ora dissidiam para o lado dos Romanos, ora para o de Viriato, tendo feito tal inúmeras vezes, fez troça contando uma história não sem

sabedoria; e, ao mesmo tempo, censurou a sua incerteza quanto a uma decisão por eles tomada. Dizia, pois, que havia um certo indivíduo, já de meia-idade, que tinha casado com duas mulheres. A mais nova, desejando ter o homem semelhante a si, arrancava-lhe da cabeça os cabelos grisalhos; a velha, os negros; até que por fim, entre elas as duas; o homem, arrancado o cabelo, tornou-se rapidamente careca. Algo de semelhante aconteceria aos habitantes de Túci, pois os Romanos matavam os que dissidiam contra eles, os Lusitanos eliminavam os seus inimigos, e rapidamente a cidade ficaria deserta. Diz-se que proferiu muitas outras coisas em curtas sentenças, sendo desprovido de uma educação formal, mas apenas educado na compreensão das coisas práticas. Pois o discurso do que vive de acordo com a natureza é conciso e aperfeiçoado pela virtude; e quando algo é dito com simplicidade, concisão, sem coisas supérfluas, torna-se para o orador um preceito, e um objecto de recordação para o ouvinte.

3. Lusitanos e Galaicos (Estrabão 3,3)

A norte do Tejo, a Lusitânia é o maior de todos os povos ibéricos. Foi contra este povo que os romanos fizeram guerra durante mais tempo. Esta região é limitada a sul pelo Tejo, a ocidente e a norte pelo oceano, a oriente pelos carpetanos, pelos vetões, pelos vaceus e pelos galaicos. Estes são os povos mais conhecidos. Os restantes não vale a pena nomeá-los por serem pequenos e pouco conhecidos. Ao contrário dos nossos contemporâneos, há alguns autores que dão a estes o nome de lusitanos. A oriente, os galaicos são vizinhos do povo dos ástures e dos celtiberos.

APÊNDICE DOCUMENTAL

APIANO, 60

Confiando nestas promessas, (os Lusitanos) saíram de suas casas e dirigiram-se para onde Galba lhes ordenara. Este dividiu-os em três grupos e, mostrando a cada grupo uma planície, mandou que nela permanecessem até que ele voltasse para os instalar. Chegando junto do primeiro grupo, ordenou-lhes que, como amigos, depusessem as armas. Quando eles o fizeram, rodeou-os de um fosso, mandou para o meio deles alguns soldados armados de espadas e aniquilou-os a todos, enquanto eles se lamentavam e invocavam os nomes dos deuses e a palavra dada. Da mesma forma apressou-se a aniquilar o segundo e o terceiro grupo, antes que eles soubessem o que tinham sofrido os primeiros. Assim, pagou perfídia com perfídia, imitando os bárbaros de uma forma indigna de Romanos. Entre os poucos que escaparam estava Viriato, que não muito depois se tornou chefe dos Lusitanos, matou muitos romanos e cometeu grandes feitos.

APIANO, 74

Viriato enviou a Cipião os seus mais fiéis amigos. Audaz, Ditálcon e Minuro, para negociarem um tratado de paz. Estes, deixando-se corromper por Cipião com grandes presentes e muitas promessas, comprometeram-se a matar Viriato. E mataram-no da seguinte forma:

Viriato, devido às suas preocupações e fadigas, dormia pouco e a maior parte das vezes repousava armado, para que, ao levantar-se subitamente, estivesse preparado para qualquer eventualidade. Por isso, era permitido aos amigos irem ter com ele, mesmo durante a noite. Segundo este costume, os cúmplices de Audaz, que estavam de guarda, entraram na tenda quando ele começou a dormir, a pretexto de que havia algo de urgente, e apunhalaram-no na garganta, porque estava armado e não havia outra parte do corpo a descoberto.

APIANO, 75

Ataviaram o corpo de Viriato com todo o esplendor e queimaram-no numa pira muito alta, sobre a qual imolaram muitas vítimas em sua honra. Divididos por batalhões, os peões e os cavaleiros, armados, correndo em círculo cantavam em sua honra à maneira bárbara, e sentaram-se todos à volta do fogo até ele se extinguir. Depois das exéquias terminarem, fizeram junto do túmulo um combate de gladiadores. Tão grande era a saudade que Viriato deixava! Era um homem que, embora vivendo entre bárbaros, era dotado das maiores qualidades de comando, sempre o primeiro a enfrentar qualquer perigo e o mais equitativo na partilha do espólio de guerra. Nunca consentiu em ficar com uma parte maior, apesar de instado a fazê-lo. O que recebia, dividia-o entre os mais valorosos. Por isso – tarefa difícil e nunca facilmente conseguido por nenhum comandante –, durante oito anos desta guerra nunca o exército, embora constituído por elementos de várias tribos, se amotinou contra ele, mantendo-se sempre obediente e pronto a enfrentar os perigos.

DIODORO, XXXIII, 1, 1-3

Diz Diodoro que os Lusitanos, a princípio, não tendo um chefe à altura das necessidades, eram presa fácil na guerra com os Romanos, mas, depois de encontrarem Viriato, infligiram-lhes pesadas derrotas. Viriato era um lusitano dos que habitam junto do oceano. Pastor desde criança, familiarizou-se com a vida na serra, ajudado pelas capacidades físicas que possuía. Com efeito, quanto à força, velocidade e agilidade em geral, era muito superior aos Iberos. Tendo-se habituado a comer pouco, a fazer muitos exercícios físicos e a dormir apenas o necessário, e, em resumo, andando continuamente armado, pronto para a luta com animais e salteadores, tornou-se famoso entre o povo, que o escolheu para seu chefe. Em pouco tempo reuniu à sua volta um bando de salteadores. Bem sucedido nos combates, não apenas era admirado pela sua coragem, como também adquiriu fama de possuir qualidades de comando excepcionais. Era justo na partilha dos despojos de guerra e cumulava de presentes aqueles que se distinguiam pela sua bravura. Com o andar do tempo, proclamou-se a si mesmo não já salteador, mas sim comandante, e fez guerra aos Romanos, vencendo-os em muitas batalhas.

DIODORO, XXXIII, 7, 1-4

Ao serem exibidas as taças de prata e de ouro e os tecidos bordados de toda a espécie, como é habitual nos casamentos, Viriato, soerguendo-se apoiado na lança,

olhou de soslaio para aquele aparato, sem admiração nem assombro, mas antes com mostras de um sentimento de desdém. E, dizendo muitas coisas que vinham a propósito, deu numa simples observação grande realce à ingratidão para com os benfeitores e a imprudência (...), depois de fazer muitas considerações sobre os dons instáveis da fortuna e, acima de tudo, que a apregoada riqueza do seu sogro era escrava daquele que tem a lança. A isso acrescenta que o sogro lhe deve a ele maior gratidão, e que lhe não dá nada que seja seu, já que ele, Viriato, é senhor de tudo. Assim, Viriato, apesar de instado, não fez as abluções, nem se sentou à mesa. Mas, quando diante dele foi posta uma mesa com toda a espécie de iguarias, tomando pães e carne deu-os àqueles que com ele tinham feito a viagem. Ele próprio, pegando nuns pedaços com as mãos, mandou que lhe trouxessem a noiva. Depois de sacrificar aos deuses e cumprir os ritos tradicionais dos Iberos, pôs a donzela em cima do cavalo e, logo de seguida, partiu para os lugares que tinha preparado na serra. Pois considerava que a maior riqueza era bastar-se a si mesmo: a liberdade, a sua pátria; e a superioridade adquirida pela coragem, a sua mais sólida fortuna. Era um homem que quando falava ia direito ao assunto, proferindo palavras certas como se brotassem de uma natureza que se ensinara a si própria e sem deformações.

Ao mostrarem-lhe muitos e valiosos objectos para o seu casamento, Viriato, depois de os observar, perguntou a Astolpas: «Como é que os Romanos, ao verem nos teus banquetes tantas coisas, não se apoderam desta riqueza, já que têm poder para tas tirarem?» Astolpas respondeu-lhe que, embora de muitos fossem conhecidas, ninguém ousava levá-las ou reclamá-las. Retorquiu-lhe então Viriato: «Por que é que, nesse caso, garantindo-te eles a imunidade e o uso seguro dessas coisas de que são donos, tu, ó homem, os abandonas e desejas tornar-te aliado da minha vida e da minha humilde condição?»

DIODORO, XXXIII, 21

Audaz, Ditalcon e Nicorontes, da cidade de Orson, parentes e amigos uns dos outros, dando-se conta de que a supremacia de Viriato estava a ser posta em perigo pelos Romanos, temendo por si próprios, decidiram prestar aos Romanos algum serviço que lhes angariasse segurança. Vendo que Viriato desejava pôr fim à guerra, ofereceram-se para persuadir Cepião a fazer um tratado de paz, se lhes fosse confiada a missão de negociar os acordos. O chefe acedeu de bom grado, e eles, apresentando-se prontamente junto de Cepião, convenceram-no sem dificuldade a garantir-lhes a eles próprios segurança sob a promessa de que assassinariam Viriato à traição. Dadas e recebidas garantias a esse respeito, regressaram a toda a pressa ao acam-

pamento. Dizendo que tinham convencido os Romanos a fazer a paz e procurando vivamente afastar do pensamento de Viriato a congeminação da verdade, levaram-no a alimentar grandes esperanças. Durante a noite, aproveitando-se da confiança que ele depositava na sua amizade, entraram às escondidas na tenda dele e, puxando as espadas, mataram Viriato com golpes certos. Fugindo imediatamente do acampamento através de uns atalhos da serra, puseram-se a salvo junto de Cepião.

DIODORO, XXXIII, 21a

Honraram o corpo de Viriato com um funeral assombroso e magnífico. Em honra da sua célebre coragem fizeram-se jogos fúnebres junto do túmulo, nos quais participaram duzentos pares de gladiadores. Era unanimemente considerado o melhor guerreiro perante os perigos e o melhor comandante a prever aquilo que vinha e, acima de tudo, durante todo o tempo do seu comando, foi amado pelos seus soldados como nenhum outro. Na partilha dos despojos, nunca tomava para si mais do que o quinhão que cabia aos simples soldados. Com o que lhe era atribuído, premiava aqueles que mereciam recompensa e socorria os soldados necessitados. Além disso, era sóbrio, dormia pouco, fazia frente a todas as dificuldades e perigos, e era superior a todo o tipo de prazer. As provas do seu valor são evidentes: durante os onze anos em que comandou os Lusitanos, as suas tropas não apenas se conservaram imunes a dissensões, como ainda foram quase invencíveis. Depois da sua morte, a confederação dos Lusitanos, privada do seu comandante, dissolveu-se.

APÊNDICE ICONOGRÁFICO



L'ecceingé lith.

Off. lith. francaza.

Intromissis militum destris in vulnere cruentata Virginum
ad haec verba jurare illos compulit: Per nunquam scdatum
sanguinem, per insepultum corpus, per manes istius, corpus
meum, devoveam in ultionem, nec desistam quin simili vultu-
re cadam.

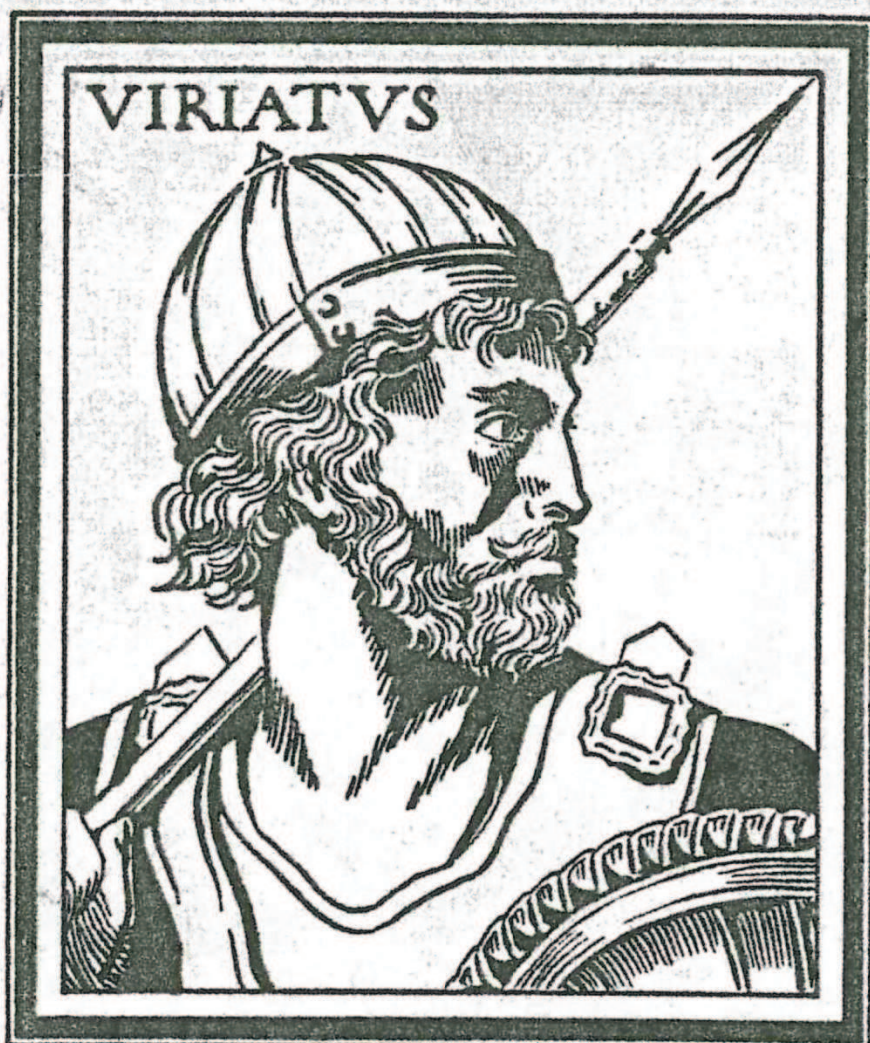
Laemundo vid. Monarchia Lusit. lib III. Cap. I.



— Arquivo Alta

Fig. 2

ADOLF SCHULTEN



Viriato

1940—Livraria Civilização—Pôrto

Fig. 3



Fig. 4

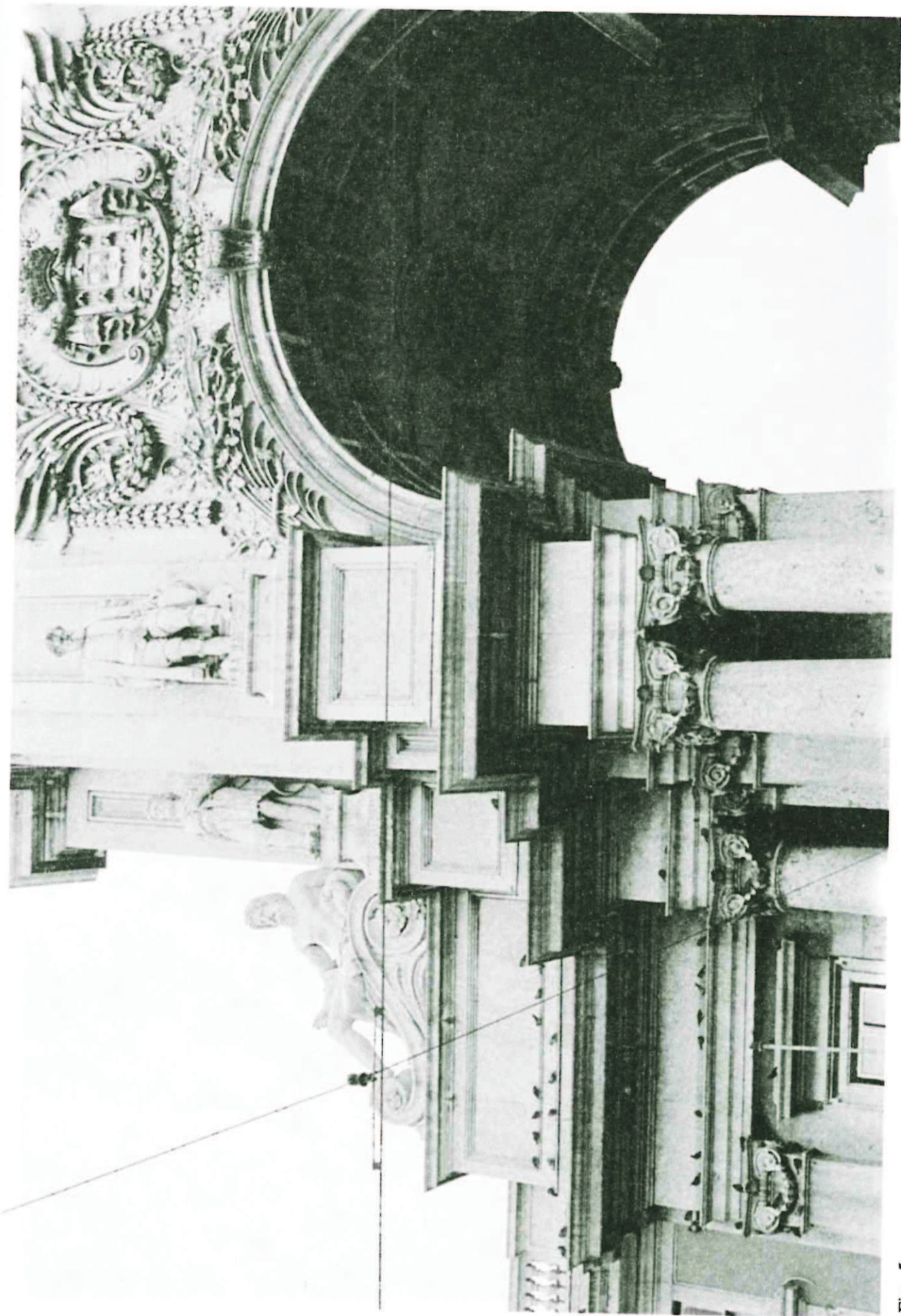


Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7/A

Monumento a Viriato. (Mariano Benlliure)



Fig. 7/B



Não se sabe ao certo a data em que Viriato se tornou conhecido entre os lusitanos. Era pastor e caçador, e tinha vida pacífica. Mas, depois da matança de Galba, da qual escapara...



...reuniu à sua volta todos aqueles que ambicionavam sacudir o jugo de Roma. Agrupou-os e, com a sua palavra firme e prudente, soube incutir-lhes ânimo e ensinar-lhes hábeis regras de combate.



Poucos eram os lusitanos e as hostes de Roma sucediam-se em colunas intermináveis. Mas a valentia de um punhado ia dar que fazer a muitas legiões bem apetrechadas. Atraídos a uma emboscada no desfiladeiro da serra de Ronda...



...os romanos choraram a sua primeira grande derrota. Outras iam suceder-se. Pláucio perdeu 10.000 peões e 1.300 cavaleiros. Os melhores generais foram enviados, para pôr fim à resistência dos lusitanos.



Mas em vão. E tão estranha para os romanos era essa resistência, como o procedimento de Viriato para com os vencidos. Quando deu liberdade aos prisioneiros de Arsa, Roma elogiou tal clemência e concedeu a Viriato o título de *amicus populi Romani*.



A vida de Viriato terminaria em glória se, mais tarde, os romanos não tivessem reacendido as lutas. E como a sorte da guerra ainda desta vez não pendia para o seu lado, acabaram por comprar três amigos de Viriato, que traiçoeiramente o assassinaram, quando dormia na sua tenda.

Texto de HELENA SABÓIA

Ilustrações de JOSÉ GARCÉS

Fig. 8